

**BENEFÍCIOS E DESAFIOS DE ATUAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
COOPERATIVAS POPULARES DA UFMS: O CASO DA FEIRA AGROECOLÓGICA**

JOYCE APARECIDA RAMOS DOS SANTOS

joicygullar@hotmail.com

DANIELA ALTHOFF PHILIPPI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

daniela_philippi@yahoo.com.br

BENEFÍCIOS E DESAFIOS DE ATUAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UFMS: O CASO DA FEIRA AGROECOLÓGICA

Resumo

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) pautam-se no cooperativismo e na economia solidária. Desde 2005 a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) conta com uma ICTP que já atendeu a 48 empreendimentos de 14 municípios do estado. Estudos como os de Vechia et al. (2011) e Guimarães (2015) dissertam sobre benefícios e desafios de incubadoras deste tipo. Um dos projetos de maior destaque da ICTP/UFMS é o da Feira Agroecológica. A pesquisa do artigo teve o intuito de examinar os benefícios e desafios da Feira, na perspectiva de atores envolvidos. Com um estudo de caso e dados obtidos proeminentemente a partir de entrevistas semiestruturadas com os seus principais atores, constatou-se que os benefícios da atuação da ITCP no projeto ultrapassam os desafios, na medida em que promovem capacitação, resgate de cidadania e inclusão de grupos populares em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oportunizando a transposição do saber acadêmico para o universo popular.

Palavras-chave: Incubadoras, Economia Solidária, Feira Agroecológica.

BENEFITS AND CHALLENGES OF THE TECHNOLOGICAL INCUBATOR OF POPULAR COOPERATIVES OF UFMS: THE CASE OF AGRO-ECOLOGICAL FAIR

Abstract

Technological Incubators of Popular Cooperatives (TIPC) are based on cooperatives and solidarity economy. Since 2005, the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) has relied on TIPC and has supported 48 ventures in 14 municipalities in the state. Studies like those of Vechia et al. (2011) and Guimarães (2015) have investigated benefits and challenges of incubators. One of the most prominent projects of TIPC/UFMS is the Agro-Ecological Fair. This study assessed benefits and challenges of the fair, under the perspective of the players involved. A case study and data from semi-structured interviews with the main players showed benefits of TIPC outweigh the challenges, as they promote empowerment, redemption of citizenship and inclusion of popular groups under socio-economic vulnerability, enabling transfer of academic knowledge to the population.

Key words: Incubators, Solidary Economy, Agro-Ecological Fair.

1 INTRODUÇÃO

Atribui-se a nomenclatura “incubadora de empresas” ao ambiente que propositalmente é planejado para incentivar o desenvolvimento de organizações entrantes no mercado, oferecendo a estas respaldo físico e técnico com o objetivo final de aumentar a chances de sobrevivência no ambiente dos negócios (SANTOS FILHO et al., 2012).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), os modelos de incubadoras podem ser divididos conforme seu objetivo de atuação em pelo menos oito dentre as quais se encontram as incubadoras de cooperativas. Este tipo de incubadora desenvolve-se envolta em um processo de exclusão, relacionado à falta de oportunidade e representado por altas taxas de desempregos. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, representadas pela sigla ITCP, são projetos universitários de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, responsáveis por difundir a economia solidária no ambiente acadêmico (SANTOS; CRUZ, 2008).

Ataualpa (2012) elucida como benefício das ICTPs o desenvolvimento de ações que promovam alternativas na geração de trabalho e renda para indivíduos excluídos, precarizados e com pouca oportunidade de inserção efetiva no mercado de trabalho. Salomão et al. (2005) esclarecem que a dificuldade em atingir em escala nacional, principalmente pequenos e médios municípios que não dispõem de universidade e/ou corpo técnico especializado, interligada com a necessidade de gerar adição de valor ao trabalho, são desafios que limitam a atuação das ITCPs como promotoras de desenvolvimento local.

As ICTPs possuem como marco inicial a crescente busca de trabalhadores pela formação em empreendimentos de economia solidária (LUSSI; TESSARINI; MORATO, 2015). A partir do contexto político-econômico vivenciado na década de 1980, tal conceito sofreu crescimento geométrico na década posterior, desencadeando uma série de programas de políticas públicas em seu apoio no país (VECHIA, 2011).

Parte deste crescimento é atribuído ao processo de apoio às ITCPs formado pela Rede ITCP, criada no ano de 1999, com a missão de integrar de forma dinâmica as incubadoras deste tipo e favorecer a transferência de tecnologia e o conhecimento entre elas. Tem como objetivo auxiliar a disseminação de conhecimentos relacionados ao cooperativismo e à autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária (ITCP/ COPPE UFRJ 2017). Para Ataualpa (2012) a atuação da Rede ambiciona promover o estímulo e a orientação metodológica da extensão universitária com o compromisso que esta possui com o desenvolvimento social, realizando a articulação entre o universo teórico com o ambiente prático para alunos, técnicos e professores universitários. Atualmente, integram a Rede ITCP quarenta e uma instituições de ensino superior do país, dentre as quais se encontra a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ITCP/UFMS) (ITCP/ COPPE UFRJ 2017).

Fundada em 2005, por ocasião de um edital de chamada pública MCT/CNPq/FINEP-Ação Transversal – Apoio ao Programa Nacional de Incubadoras – PNI - 07/2004, a dita incubadora já abrigou desde então cerca 48 empreendimentos em 14 municípios do estado do Mato Grosso do Sul. Na atualidade, conta com um quadro de 42 integrantes do corpo universitário, tendo como um de seus principais projetos a Feira Agroecológica da UFMS, projeto de ensino, pesquisa e extensão que abriga 32 produtores de seis municípios do estado e ocorre às terças-feiras no corredor central da universidade, disponibilizando produtos da agricultura familiar e artesanatos a toda a comunidade local (COORD, 2017).

Assim, o presente artigo apresenta uma investigação sobre o seguinte problema de pesquisa: Quais/como são os benefícios e desafios de um dos principais projetos da ICTP/UFMS na perspectiva da Universidade e dos incubados?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As seções seguintes são compostas por quatro subcapítulos que dissertam acerca do histórico e das características gerais e específicas das incubadoras. Dessa forma, primeiramente é abordado um breve relato histórico sobre o surgimento das incubadoras respaldado em estudos e pesquisas anteriores. Na sessão seguinte, é realizado um aprofundamento mais detalhado sobre o conceito do termo “incubadora”, caracterizando este tipo de empreendimento de acordo com a sua missão e com o seu papel de agente transformador na sociedade. A terceira sessão é dividida em duas partes: na primeira, esclarece-se e disserta-se acerca dos oito tipos de incubadoras existentes, na segunda dedica-se o espaço para tratar do tipo de incubadora estudada neste artigo, a ICTP. Por fim, o último subcapítulo trata do conceito de economia solidária, sobre o qual as ITCPs possuem sua atuação pautada.

2.1 Histórico das incubadoras

De acordo com o site da Associação Nacional Promotora de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2017), o modelo precursor do processo de incubação de empresas surgiu em 1959 em Nova Iorque (EUA), desenvolvendo-se mediante o fechamento das fábricas Massey Ferguson, o que desencadeou uma série de desempregos naquela região. Foi neste cenário caótico que Joseph Mancuso, comprador das instalações da fábrica, resolveu realizar a sublocação do espaço para pequenas empresas iniciantes, as quais realizavam o compartilhamento de equipamentos e serviços. Contudo, Joseph não limitou este sistema de divisão apenas à infraestrutura física das instalações, adicionando ao modelo um conjunto de serviços como secretaria, contabilidade, vendas e marketing. Tais medidas reduziam os custos operacionais das organizações ali instaladas ao mesmo compasso que promovia o aumento da competitividade das empresas usuárias (ANPROTEC, 2017).

Posteriormente, ainda nos Estados Unidos, na região do Vale do Silício, as incubadoras surgiram como uma forma de incentivar universitários recém-graduados na disseminação de inovações tecnológicas e na criação do espírito empreendedor. Naquele momento, surgiu um mecanismo que pode ser avaliado como uma oportunidade de jovens iniciarem suas empresas com o auxílio de parcerias, respaldados por uma estrutura física que oferecia assessoramento gerencial, jurídico, administrativo e tecnológico para que estes pudessem amadurecer seus negócios. A esta estrutura foi concebido o nome de incubadora de empresas (ANPROTEC, 2017).

No Brasil, a busca por fontes de fomento à inovação e ao empreendedorismo através das incubadoras fortaleceu-se a partir da década de 1980, quando, por meio de iniciativa do então presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram criadas cinco fundações no país (ANPROTEC, 2017). Neste contexto, atribuiu-se a intensificação do processo de abertura econômica a necessidade da cooperação entre universidades e empresas. Isto ocorreu, pois os recursos públicos destinados à pesquisa e à compra de insumos e equipamentos foram reduzidos e, em contrapartida, as organizações foram se deparando com dificuldades crescentes para acompanhar a velocidade, a complexidade e o alto custo do processo de inovação tecnológica (ANDRADE et al., 2009). Em dezembro de 1984, após a implementação da Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec), a primeira incubadora do Brasil e mais antiga da América Latina começou a funcionar com quatro empresas instaladas (ANPROTEC, 2017), o que, para Mantovani et al. (2006), ocorreu por influência da alta mortalidade de micro e pequenas empresas.

Zouian e Silveira (2006) atribuem a disseminação do sistema de incubadoras, sobretudo às ações de disseminação e fortalecimento elaborado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), que em trabalho conjunto com os parceiros é responsável por desenvolver iniciativas voltadas para o

planejamento das incubadoras, a capacitação dos gerentes e a criação de núcleos de referência, visando estabelecer modelos replicáveis dentro do movimento. Tal associação foi criada no ano de 1987 e atualmente reúne cerca de 350 associados, dentre os quais se encontram incubadoras de empresas, parques tecnológicos, aceleradoras, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e a inovação (ANPROTEC, 2017).

Segundo a Anprotec (2017), a consolidação dos sistemas de incubadoras no Brasil como uma forma de incentivar atividades e produção tecnológica, somente se efetou após a realização do Seminário Internacional de Parques Tecnológicos no Rio de Janeiro três anos depois. Neste contexto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Empresas (SEBRAE) destacou-se como um importante aliado nestas iniciativas, considerando que em conjunto com a Anprotec é responsável por desenvolver o Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE) que traz em sua essência como objetivo principal a busca pelo aumento da capacidade das incubadoras na geração de mais e melhores empreendimentos (SEBRAE, 2015).

Andrade et al. (2009) esclarecem que as políticas de incentivo à inovação passaram a fazer parte do apanhado de políticas públicas do Brasil, com o principal objetivo de intensificar o relacionamento universidade-empresa. Conforme os autores, essa intensificação foi responsável por influenciar diretamente na criação de vários mecanismos que visavam à transferência de tecnologia e conhecimento auxiliando no fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação. Para Zouain e Silveira (2006) o impacto positivo dos programas de incubação no Brasil é fator inegável, tanto no tocante ao desenvolvimento das empresas participantes destes programas, como também para a economia local e regional onde estas atuam.

2.2 O que é uma incubadora?

Dentre as alternativas encontradas pelas empresas de pequeno porte, carentes de mão de obra qualificada para pesquisa, está a busca pelas universidades, onde é esperado que estas complementem as competências e auxiliem estas instituições na geração de maior vantagem competitiva. Neste contexto, é possível afirmar que a cooperação universidade-empresa representa uma alternativa na busca pelo desenvolvimento econômico, tendo como alicerce a inovação (SANTOS, 2013).

De acordo com Santos Filho et al. (2012), é possível definir o ambiente da incubadora como algo planejado para propiciar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas entrantes no mercado e que desejam investir em projetos e ideias inovadoras. Para os autores, o auxílio técnico recebido é capaz de proporcionar maior segurança em contrapartida a menores riscos de fracasso futuro, uma vez que estimula o empreendedor, fortalecendo e preparando tais organizações para a sobrevivência no mercado.

Silva (2009) esclarece que as incubadoras de empresas possuem uma inegável relevância para as organizações do mundo contemporâneo e seu desenvolvimento científico e tecnológico, sendo reconhecidas como uma das principais fontes responsáveis por transferir tecnologia entre instituições de ensino superior e centros de pesquisa para a sociedade. Tais entidades devem proporcionar às instituições a elas vinculadas serviços e recursos compartilhados, instalações adequadas e infraestrutura administrativa capacitada, no intuito de criar um ambiente proativo ao nascimento, desenvolvimento e principalmente a consolidação de novos negócios (VEDOVELLO; FIGUEIREDO, 2005).

Para Ribeiro, Andrade e Zambalde (2005) o objetivo das incubadoras é o fornecimento de suporte a pequenas e microempresas buscando viabilizar a interação entre centros de ensino e pesquisa para que, dessa forma, o cenário de atuação tenha maior produtividade e competitividade no mercado, propiciando o desenvolvimento de novos empreendimentos financeiramente viáveis e capazes de adaptarem-se ao após o período de permanência na

incubadora. Ainda de acordo com os autores, é responsabilidade das incubadoras apoiar a transformação de empresários potenciais em empresas crescentes e lucrativas, diminuindo os riscos de empreendimentos e contribuindo para a revitalização das regiões atuantes, com o favorecimento de novas empresas e empregos e melhoria da distribuição de renda.

2.3 Tipos de incubadora

De acordo com o SEBRAE (2017), há oito modelos de incubadoras: (a) de base tecnológica, (b) de setores tradicionais, (c) mistas, (d) de empresas de agronegócios, (e) de empresas culturais, (f) de design (g) sociais (h) de cooperativas.

Basicamente, uma (a) incubadora de base tecnológica é formada por organizações que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são oriundos de pesquisas aplicadas, sendo que nestes resultados a tecnologia representa alto valor agregado (SEBRAE, 2017). Barbieri (1995) complementa que ela objetiva a atração ou o estímulo na criação de empresas com base tecnológica e são quase uma unanimidade em países industrializados, constituindo instâncias privilegiadas de interação entre Instituição de Ensino e Pesquisa e setor produtivo.

Por (b) incubadora de setor tradicional classificam-se aquelas organizações que abrigam empresas de setores tradicionais (ANPROTEC, 2017). Atribui-se a elas a detenção de tecnologia amplamente difundida e o anseio na busca por agregar valor aos produtos, processos ou serviços através do incremento no nível tecnológico que empregam, sendo que estas empresas estão basicamente comprometidas com a absorção ou com o desenvolvimento de novas tecnologias (SEBRAE, 2017).

No que tange à (c) incubadora mista, Montes et al. (2007) afirmam que este tipo de organização possibilita seu uso por empresas de base tecnológica e de setores tradicionais.

As (d) incubadoras de empresas de agronegócios são importante instrumento para tornar competitiva a produção de agricultores familiares, tendo como finalidade promover capacitação e o monitoramento de um empreendimento até que se torne autossustentável, sendo então vistas como catalizadoras do empreendedorismo rural (FACHINI et al., 2007).

As (e) incubadoras de empresas culturais são as que desenvolvem negócios que tenham relação com a arte e a cultura regional, propagando a geração de trabalho e de renda alternativas. Neste contexto, empresas que possuem na arte e na cultura agentes que agregam valor a seus produtos são beneficiadas por esse modelo de incubação (SEBRAE, 2017).

Ainda, conforme o Sebrae (2017), o modelo de (f) incubadoras de *design* abriga empreendedores e/ou empreendimentos que estão diretamente ligados ao segmento de design e comprometidos com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias.

As (g) incubadoras sociais apoiam entidades, organizações sociais e lideranças comunitárias na criação de empreendimentos inovadores nas áreas social, cultural, econômica e ambiental com base na inovação social substantiva, promovendo cidadania, bem comum e desenvolvimento local e regional de forma sustentável (MORETTO NETO; GARRIDO; JUSTEN, 2011).

Santos e Cruz (2008) caracterizam o modelo de (h) incubadora tecnológica de cooperativas populares como projeto universitário responsável por difundir a economia solidária no ambiente acadêmico. Na seção seguinte, aborda-se com maior profundidade este último modelo de incubadora, objeto de estudo da presente pesquisa.

2.3.1 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)

A sigla ITCP utilizada para representar o nome Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular, foi atribuída no ano de 1996 à primeira incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários na Universidade Federal do Rio de Janeiro (VECHIA et al., 2011). As ITCPs caracterizam-se como projetos ou programas de extensão presentes em várias universidades brasileiras que tem por objetivo auxiliar na geração de

trabalho e renda e na inclusão social de grupos populares que se encontram em situação de desemprego ou trabalho informal (PEREIRA et al., 2014).

Possuem como marco inicial a crescente busca de trabalhadores pela formação neste tipo de empreendimentos (LUSSI; TESSARINI; MORATO, 2015). Pode ser caracterizada como uma unidade acadêmica interdisciplinar que abrange as esferas de ensino, pesquisa e extensão e ambiciona interagir o meio universitário com o grupo de trabalhadores/as que tentam empreender de forma coletiva – solidária e autogestionária – apoiando a formação e a consolidação de empreendimentos, ao mesmo compasso que transforma a universidade e a aproxima de interesses, desejos e necessidades de setores populares (VECHIA et al., 2011).

Em 1999 foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares com o objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos voltados para prática de cooperativismo e autogestão, promovendo a integração e favorecendo a transferência de tecnologia e conhecimento entre as incubadoras do país. Atualmente, possui como parceiros a Fundação Banco do Brasil (FBB), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Oxfam Novib (PORTAL ITCP/ UFRJ, 2017). Ainda, de acordo com o Portal do Cooperativismo Popular da UFRJ, integram a Rede 41 instituições de ensino superior do país, dentre as quais se encontra a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ITCP/ UFMS).

Contudo, além dos benefícios para produtores, universidade e sociedade, a atuação das ITCPs enfrenta alguns desafios. Botelho et al. (2015) realizaram em estudo um mapeamento das ITCPs da região Sul do Brasil promovendo a identificação de alguns gargalos enfrentados pelo sistema nesta região. Nos resultados da pesquisa, destacou-se a dificuldade no desenvolvimento e venda dos produtos atrelada à baixa viabilidade econômica do local, além da dificuldade em adquirir financiamentos para manutenção da incubadora e seus projetos. Os benefícios de atuação das ITCPs, porém, não foram abordados neste estudo.

Quanto aos desafios e benefícios da atuação das ITCPs, o quadro 1, embasado em dois estudos realizados neste tipo de negócio em diferentes anos e locais do país, sintetiza os seus resultados.

Quadro 1: Benefícios e desafios das ITCPs para os agentes envolvidos no processo

Autor (es)/ Ano de publicação	Vantagens para os produtores	Vantagens para a universidade	Vantagens para a sociedade	Desafios
Vechia et al. (2011)	Aperfeiçoamento dos mecanismos existentes de reprodução ampliada e solidariedade econômica.	Oportunidade de debater sobre: a economia solidária; a relação das universidades com os setores populares; a relação efetiva que há e aquela que pode haver entre extensão, pesquisa e ensino.	Capacidade de absorver e se beneficiar com o conhecimento socialmente produzido pela universidade.	Ampliação de visibilidade e capacidade de intervenção; aperfeiçoamento de organização e democracia; estreitamento de laços de solidariedade e cooperação em nível local, nacional e internacional com todas as organizações.
Guimarães	Oportunidade de	Oportunidade de	Geração de	Fatores que

(2015)	interagir em um ambiente propício ao desenvolvimento e aprimoramento, desfrutando de assessoria administrativa, contábil, financeira e jurídica.	atuar como agente transformador na realidade dos grupos incubados; de produzir e trocar conhecimento; formação continua em ES; construção e apropriação coletiva do conhecimento.	trabalho e renda; resgate de cidadania; transformação social dos atores envolvidos no processo; promoção de desenvolvimento social local e regional.	restringem a possibilidade de avanço perante uma economia capitalista; recursos humanos e financeiros restritos; qualificação profissional da equipe de trabalho; rotatividade de pessoal.
--------	--	---	--	--

Fonte: as próprias autoras

Quanto ao tempo em que os empreendimentos permanecem incubados, Vechia et al. (2011) esclarecem que o processo de incubação neste modelo é lento e não possui um prazo determinado, sendo que raramente dure menos de dois ou três anos. Os autores subdividem essas fases em “pré-incubação” momento em que grupo solidário e incubadora se reconhecem e alinham suas expectativas, a “incubação”, onde existem ações de assessoria e consultoria prestada mediante diversas atividades de formação e por fim o processo de “desincubação”, que geralmente se estende no que é identificado como uma espécie de “pós incubação”, onde os grupos recorrem a incubadora para tratar de determinadas ações pontuais ou específicas solicitando algum tipo de assessoria ou intervenção de emergência.

2.4 Economia solidária

Compreende-se por Economia Solidária (ES) a prática de produzir, vender, comprar e até mesmo trocar o que é necessário para viver. Diferentemente da economia convencional, onde existe a segregação do conceito dono do negócio *versus* empregado, na ES os próprios trabalhadores também são os proprietários, responsáveis por tomar decisões de como gerir o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados alcançados (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015).

Barbosa (2007) esclarece que a ES generalizou-se nos anos de 1990, sobretudo influenciada por entidades civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. No que tange aos objetivos deste tipo de economia, Oliveira e Zanin (2011) esclarecem que este surgiu como uma alternativa na geração de trabalho e renda para pessoas que de alguma forma tenham sido excluídas do mercado capitalista. Princípios como autogestão, solidariedade, cooperação e emancipação são responsáveis por nortear este tipo de empreendimento (SILVA et al., 2016).

Um importante órgão responsável por auxiliar no crescimento deste tipo de empreendimento no Brasil é a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003. Desde o princípio tal órgão buscou oferecer cursos de econômica solidária a servidores do governo federal em todos os estados da federação, bem como no âmbito municipal e estadual, permitindo o ganho de qualidade no fomento das iniciativas de ES em todo o país (SINGER, 2009). No Portal do Ministério do Trabalho (2016) consta que a SENAES executa a política pública de ES no país através de transferências de recursos a estados, municípios, universidades e organizações da sociedade civil que possuam projetos para apoiar e fomentar empreendimentos econômicos solidários, através de convênios, termos

de parceria, termos de fomento e de colaboração, não possuindo, contudo autorização para fornecimento de bolsas ou ainda financiamento direto de empreendimentos.

Singer (2001) afirma que a ES é responsável por compreender diferentes tipos de organizações, associações voluntárias, com o objetivo final de proporcionar aos seus associados benefícios econômicos. Para o autor, o surgimento destas empresas pode ser encarado com uma reação as carências que o sistema dominante se nega a resolver.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, que de acordo com Gil (2010, p.37) é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada e “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (...)”. Esta pesquisa teve como objeto os benefícios e desafios segundo os participantes da Feira Agroecológica, projeto da ITCP/ UFMS.

Trata-se também de uma pesquisa qualitativa caracterizada por Gressler (2007) como um projeto de investigação cívico, participativo e colaborativo onde o ambiente natural é vislumbrado com a fonte direta de dados, e que além de dentre outras funcionalidades, tem por objetivo identificar e descrever problemas sociais em sua complexidade, neste caso relacionado a observação e análise dos benefícios e desafios que envolvem os participantes do projeto da Feira Agroecológica da ITCP/UFMS.

Adotou-se como instrumento principal de coleta de dados a entrevista semiestruturada, elucidada por Bertucci (2015) como a técnica cujo roteiro de entrevista é pré-desenvolvido, mas não isenta o pesquisador da flexibilidade para introduzir ou eliminar questões de acordo com as necessidades identificadas ao longo do processo. Desta forma, foi realizada entrevista com a coordenadora da ITCP/UFMS, além do representante discente do projeto e cinco membros incubados da Feira Agroecológica. As entrevistas foram realizadas entre 13 a 20 de junho de 2017. Aos entrevistados foram atribuídos códigos, especificados no quadro 2, para facilitar a organização e análise dos dados e a redação da apresentação dos resultados.

Quadro 2: Códigos atribuídos aos entrevistados

Entrevistado	Código
Coordenadora da ITCP/UFMS	Coord.
Representante discente	R D
Produtores	P1; P2; P3; P4 e P5

Fonte: as próprias autoras

Utilizou-se ainda a técnica da observação direta, que de acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 88) “(...) é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em analisar fatos e fenômenos que se deseja estudar.” A observação ocorreu em junho, onde o acompanhamento da sistemática de funcionamento da feira permitiu que importantes análises acerca dos consumidores potenciais, perspectivas futuras e desafios do projeto surgissem.

Trata-se também de uma pesquisa documental, sendo utilizados documentos de fonte secundária (RAMPAZZO, 2013) provenientes de órgãos que realizaram observações anteriores do objeto de estudo, como matérias jornalísticas e arquivos do *site* da ITCP/UFMS.

Considerando os dados coletados durante a realização deste estudo, a análise dos dados qualitativa baseou-se na triangulação dos dados, em que, para Gressler (2007, p.96), “o autor recorre a várias fontes de informação para validar seus resultados”.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

As seções seguintes são compostas por três subcapítulos que tratam de características gerais e específicas da ITCP e do projeto da Feira Agroecológica da UFMS. Neste contexto, primeiramente se apresenta um breve histórico e políticas de funcionamento da ITCP/ UFMS, tendo por objetivo principal familiarização do leitor com o tema. Posteriormente, será abordado o projeto que norteou o desenvolvimento deste estudo. A parte sobre a Feira Agroecológica da UFMS visa aprofundar os resultados da presente pesquisa. Na última seção, os resultados relativos aos benefícios e desafios deste empreendimento serão apresentados e analisados sob a luz de três óticas distintas, permitindo a visão sistêmica sobre os resultados efetivos do projeto na percepção de seus participantes.

4.1 Histórico e caracterização da ICTP/ UFMS

De acordo com a Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais (AgInova), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ITCP/UFMS) constitui um projeto de ensino, pesquisa e extensão formado por um quadro constituído por corpo docente, representantes acadêmicos e técnicos que buscam a socialização da academia com setores populares, visando não apenas a inserção social no plano de trabalho como o avanço na conquista pela cidadania plena. Para tanto, realiza a prestação de serviços para início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) (AGINOVA, 2017). O projeto da ITCP/UFMS promove a capacitação de seus cooperados/empreendedores à medida que proporciona cursos de qualificação profissional continuada, além de prestar serviços de assessoria e acompanhamento em áreas de ordenamento social, produtiva, educacional, saúde, jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica e tecnológica (AGINOVA, 2017).

Fundada em 2005, por ocasião de uma Chamada Pública MCT/CNPq/FINEP, do ano de 2004, a ITCP/UFMS é umas das 41 incubadoras desta modalidade que constituem a Rede ITCP. Desde sua fundação, já abrigou cerca 48 empreendimentos em 14 municípios do estado do Mato Grosso do Sul. Atualmente, é composta por um quadro de 42 integrantes do corpo universitário, tendo como um de seus principais projetos a Feira Agroecológica da UFMS, projeto de ensino, pesquisa e extensão que abriga 32 produtores de seis municípios do estado e ocorre às terças-feiras no corredor central da universidade, disponibilizando produtos da agricultura familiar e artesanatos a toda a comunidade local (COORD, 2017).

4.2 O Projeto Feira Agroecológica da UFMS

A Feira Agroecológica da UFMS é um projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Iniciado em 2009 o referido projeto acontece até hoje no corredor central da instituição todas as terças-feiras das 07 às 14 horas (COORD, 2017). Com objetivo central de atuar como uma espécie de vitrine, a Feira permite que a instituição adentre as demandas dos grupos atendidos auxiliando com o apoio técnico e conhecimento produzido em sala de aula e finalize trazendo o trabalho realizado com estes grupos para a universidade em forma de produto (COORD, 2017).

Atualmente, a “feirinha da UFMS” trabalha com participantes de seis cidades do estado de Mato Grosso Sul, sendo estas: Aquidauana, Bandeirantes, Campo Grande, Jaraguari, Maracaju e Terenos. O montante de pessoas atendidas e incubadas no projeto corresponde a uma soma de 32 famílias, que levam para a feira desde produtos de artesanato, como móveis e materiais decorativos, passam pela linha de produtos processados como doces, pães, biscoitos e salgados e finalizam com hortifrúteis orgânicos, como alface, tomate, banana, cheiro verde, agrião e muitos outros (COORD, 2017).

De acordo com a coordenadora da ITCP, o projeto piloto que norteou a expansão da feirinha foi realizado no assentamento Juncal em Naviraí/MS, a 470 Km da capital do estado,

Campo Grande. Para ela, o sucesso em conseguir inserir dentro do mercado local, ao lado de grandes multinacionais, um produto de origem animal e da agricultura familiar, neste caso o frango caipira, funcionou como uma mola propulsora para a continuidade do trabalho e o desejo de atuar juntamente com famílias menos favorecidas.

Todos os produtos comercializados na feira são vendidos dentro do conceito da economia solidária, visando resgate de cidadania e inserção do indivíduo em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mercado de trabalho. Neste contexto, o pensamento de Oliveira e Zanin (2011) consolida que o objetivo deste tipo de economia é justamente gerar trabalho e renda para as pessoas que de alguma forma tenham sido excluídas do mercado capitalista. A feira tem como principal público consumidor servidores da instituição, que atualmente compõe a maior parcela de clientes que adquirem produtos com qualidade e bom preço das famílias incubadas (COORD, 2017).

Para auxiliar na garantia de seu funcionamento e manutenção, as famílias incubadas na ITCP e atuantes na feirinha, contam com o apoio técnico e científico da universidade e também com o auxílio dos acadêmicos que podem atuar como bolsistas, estagiários ou até mesmo voluntários (COORD, 2017). Vechia et al. (2011) esclarecem que este processo constante de troca de conhecimentos práticos e teóricos é responsável por gerar uma construção de novos conhecimentos e possibilitar que as ITCPs alcancem seus objetivos. Na modalidade de estagiários, o projeto recebe estudantes dos cursos de Zootecnia, Engenharia Ambiental, de Alimentos e Agrônoma, além de Veterinária. Os acadêmicos são da UFMS e também de outras instituições de ensino, como a UEMS, demonstrando a potencialidade e amplitude do projeto no universo acadêmico em nível estadual (COORD, 2017).

Os indivíduos incubados recebem da universidade cursos de capacitação, além de todo o apoio técnico durante o período em que permanecem incubados e que dura em média cinco anos, divididos em: um ano de pré-incubação, período em que é realizada a identificação das demandas e das necessidades dos grupos a serem incubados; três anos de execução dos projetos mapeados pela incubadora e um ano do período conhecido como desincubação, quando o indivíduo permanece sendo assistido e recebendo consultoria da universidade quando necessário (COORD, 2017). Neste período é fomentada a promoção do empreendedorismo, desenvolvimento regional ao mesmo compasso que ocorre a geração de emprego e a diversificação da economia regional por meio da oferta de produtos e serviços novos no mercado (SILVA, 2009).

Uma prática interessante do projeto é que todas as terças-feiras resguarda-se um intervalo para realização de reunião com todos os membros participantes que estejam presentes (Observação da pesquisadora; COORD, 2017). De acordo com a coordenadora da ITCP, este tempo é utilizado como uma prática de metodologia participativa que ambiciona envolver todos nas decisões e rumos do projeto, além de auxiliar para que o processo de tomada de decisão seja mais rápido e assertivo. Tal metodologia assemelha-se ao que é destacado por Dias e Souza (2014) quanto à prática de autogestão como responsável por implantar um ambiente de democracia e liberdade e proporcionar uma mudança de estrutura autoritária para um processo decisório direcionado a coletividade.

4.2.1 Benefícios e desafios do projeto

Por possuir como base uma cadeia formada por corpo técnico, discentes e incubados, o projeto da feira traz em sua essência uma multidisciplinaridade e um encontro de universos distintos em prol de objetivos comuns. A oportunidade de atuar em um cenário desconhecido e em igual compasso totalmente real traz para a universidade o ganho contínuo em conseguir tornar o conhecimento técnico em ações práticas e com resultados concretos que causam impacto na sociedade (COORD, 2017). Guimarães (2015) tratou em seu estudo desta situação ao concluir que um dos benefícios para as instituições de ensino envolvidos no processo foi a

oportunidade de atuar como agente transformador na realidade dos grupos incubados, produzindo e trocando conhecimento.

Segundo a coordenadora da ITCP, a oportunidade de praticar a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão constitui um ganho sem precedentes para todos que atuam no projeto da feira. Dentre os benefícios recebidos pela UFMS, a coordenadora dissertou acerca da oportunidade de atuar com demandas reais e expandir todo o conhecimento técnico da academia para a sociedade, atendendo as demandas existentes, adentrando o cotidiano de famílias locais, auxiliando no bem estar da sociedade através da geração de emprego e renda e conseguindo de fato acompanhar as etapas e os resultados efetivos do projeto. De igual forma, Vechia et al. (2011) concluíram em seu estudo que a prática de poder atuar com setores populares efetivando a relação que há e aquela que pode haver entre extensão, pesquisa e ensino é um benefício sem precedentes do trabalho das ITCPs para as universidades.

No que tange aos desafios enfrentados pela universidade, a necessidade de transpor a linguagem acadêmica para uma linguagem totalmente popular e informal é visualizada como um desafio que necessita ser trabalhado para garantir a boa comunicação entre os envolvidos no processo. Um segundo fator elencado, corresponde à alta rotatividade de componentes do corpo técnico (especialmente os acadêmicos, pela curta duração dos estágios), ocasionando a evasão de conhecimento produzido e adquirido durante o tempo de atuação no projeto e trazendo a necessidade de regressar ao ponto de partida com os novos componentes substitutos (COORD, 2017). Guimarães (2015) também apontou a rotatividade de pessoal como um desafio para o trabalho das ITCPs.

Na visão dos produtores participantes do projeto e que foram entrevistados para esta pesquisa, a oportunidade de aprender a atuar adequadamente, extraíndo ganho financeiro com os recursos que possuem em mãos, constitui fator primordial no resgate da cidadania e da dignidade. Para eles, visualizar o interesse da universidade e até mesmo dos consumidores em seus produtos, funciona como fator motivador na busca constante por aperfeiçoamentos e capacitações. Quando indagados sobre os desafios, nenhum dos entrevistados conseguiu visualizar ou elencar algo que pudesse ser visto como fator limitante das ações desenvolvidas na pela ITCP. Para eles, os ganhos recebidos pela atuação da universidade é o que realmente importa (P1, P2, P3, P4 e P5).

Quanto à vivência dos acadêmicos, na concepção do representante discente, o maior benefício trazido para estes durante o período de atuação na Feira Agroecológica da UFMS é justamente a oportunidade de visualizar a realidade das necessidades existentes no aspecto local, já que dentro das salas universitárias, a visão de organizações grandes e complexas acaba sendo priorizada para os novos profissionais que adentrarão o mercado de trabalho. Além disso, conseguir aplicar os conhecimentos teóricos em atividades cotidianas de pequenos grupos é visto como uma forma de fortalecer na prática aquilo que é aprendido durante a jornada acadêmica da graduação (RD). Para Atualpa (2012) esta articulação que ocorre entre o universo teórico com o ambiente prático para alunos é fundamental na garantia de sucesso dos projetos das ITCPs.

Para o RD, quanto aos desafios, a principal questão abordada foi a limitação em atingir o público acadêmico como público consumidor dos produtos da feira. Na visão do entrevistado, embora o projeto ocorra em um ambiente universitário, é visível a maior demanda de servidores pelos produtos comercializados, fator atribuído por ele à baixa aderência dos estudantes em novas práticas de consumo mais saudáveis, já que a maioria opta por lanches rápidos e industrializados oferecidos pelas demais cantinas presentes na universidade. Outro importante aspecto apontado pelo RD relaciona-se ao custo dos produtos comercializados na feirinha, já que o fato de serem orgânicos e artesanais torna-os mais caros para consumo, fazendo com que desta forma, a tendência de clientes potenciais seja voltada para pessoas com maior poder aquisitivo. O quadro 3 sintetiza tais pensamentos:

Quadro 3: Benefícios e desafios da Feira Agroecológica da UFMS na percepção dos agentes envolvidos no processo

	Benefícios	Desafios
Acadêmicos	Vivência de situações da realidade local; conciliação de universo teórico com ambiente prático.	Conscientização da importância do consumo de alimentos mais saudáveis no universo acadêmico, alto valor agregado nos produtos comercializados, tornando o público limitado.
Produtores	Oportunidade de inserção no mercado de trabalho; disponibilização de cursos e aperfeiçoamentos; auxílio técnico e orientação.	Não foram apontados desafios.
Universidade	Prática de ensino, pesquisa e extensão com resultados concretos em forma de produto; oportunidade de expandir o conhecimento produzido para além da sala de aula; vivência da realidade e das demandas locais.	Dificuldade em reter o conhecimento produzido, fator ocasionado pela rotatividade de equipe; transposição da linguagem acadêmica para uma linguagem popular.

Fonte: as autoras com base nos dados empíricos da pesquisa

O que de novo se constatou com a pesquisa ora descrita, em comparação com os estudos de Vechia et al. (2011), Guimarães (2015) e Botelho et al. (2015), diz respeito à dificuldade na transposição da linguagem acadêmica para a popular citada pela coordenadora do projeto e também o resistência na mudança de hábitos alimentares mais saudáveis, aliada ao alto custo dos produtos comercializados na feira na visão do público acadêmico, fatores citados pelo representante discente como um desafio na conquista deste tipo de público consumidor e ampliação do projeto dentro do ambiente universitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos foi possível concluir que a ITCP/UFMS tem alcançado êxito em sua missão de auxiliar na organização da cadeia produtiva de alimentos buscando a sustentabilidade nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Respalhada por princípios fundamentados no desenvolvimento do comércio justo e solidário, a Feira Agroecológica da UFMS tem conseguido inserir no mercado de trabalho famílias em situação de vulnerabilidade econômica, promovendo algo que ultrapassa fronteiras de capacitação e desenvolvimento local, atuando ainda como mola propulsora no resgate de cidadania. A oportunidade de compartilhar o conhecimento produzido dentro das universidades com a sociedade consolida a transposição do universo acadêmico para o cotidiano das pessoas que, por algum motivo, não tiveram oportunidade de ingresso em uma instituição de ensino superior, dando início a uma relação de ganho mútuo, onde conhecimentos tácitos e explícitos se complementam em *prol* de objetivos comuns.

Ao longo deste estudo, percebeu-se que embora hajam desafios envolvidos no projeto da Feira Agroecológica, o ônus positivo é melhor elucidado e apresentado por seus atores. No tocante ao corpo técnico e discentes a oportunidade em tornar concreta práticas de ensino, pesquisa e extensão, a vivência das demandas e necessidades locais e o ato de compartilhar com a sociedade o saber produzido dentro das paredes universitárias, constituem o maior ganho no âmbito do projeto. Contudo, as dificuldades em transpor todo esse conhecimento

para uma linguagem mais simples e popular, a alta rotatividade de colaboradores e a necessidade em agregar um valor de mercado que torne viável a comercialização dos produtos, são fatores que de alguma forma interferem, mesmo que minimamente na agilidade da expansão do projeto.

Por outro lado, na visão das famílias incubadas pela ITCP e que atuam comercializando seus produtos na feira, a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, aliada ao apoio científico, tecnológico e humano da universidade, constituem fatores impagáveis de resgate de cidadania e que auxiliam no desenvolvimento de sonhos e projetos. Para estas famílias, não existe desafio que possa tornar difícil a continuidade deste trabalho.

Mediante as experiências de vida trocadas, os aprendizados compartilhados e as histórias vivenciadas, percebeu-se que a ITCP/UFMS busca dar um sentido concreto as pesquisas realizadas dentro das paredes acadêmicas e luta para que eles atinjam e beneficiem toda a comunidade.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os gargalos e benfeitorias provenientes deste tipo de empreendimento, mais basicamente da ITCP/UFMS e do projeto da Feira Agroecológica, sugere-se a aplicação de diferentes estudos que busquem ampliar as temáticas aqui tratadas, buscando, dessa forma, evidenciar e promover o trabalho realizado e idealizado pela ITCP e seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T.A. S. et al. A incubadora de empresas como mecanismo de apoio ao surgimento de empresas inovadoras: o caso da incubadora tecnológica do CDT. **Locus Científico**, (S.l.), v. 03, n. 01, p. 04-12, 2009. Disponível em: < http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/locus_cientifico_V3N1_lamina-correto2_pdf_16.pdf > Acesso em: 21 jun. 2017.

ATAUALPA, L. O. Rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: um caso brasileiro. **Otra Economía**, (S.l.), v. 06, n.10, p. 53 – 67, enero/junio 2012. Disponível em: < <http://revistas.unisinis.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2012.610.05/1158> > Acesso em: 21 jun. 2017.

BARBIERI, J.C. **Parques e incubadoras de empresas de base tecnológica: A experiência brasileira**. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações. Relatório de Pesquisa nº 4/1995. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3193/Rel04-95.pdf?sequence=1> > Acesso em: 15 maio 2017.

BARBOSA, N. C. D. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo – Cortez, 2007.

BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC)**. 1ª ed. 7ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

BOTELHO, L. L. R. et al. **Resultados sobre o mapeamento realizado nas incubadoras de cooperativas populares na região sul do Brasil**. Convibra, 2015. Disponível em: < https://www.convibra.com.br/upload/paper/2015/40/2015_40_11829.pdf > Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadoras – ANPROTEC. **A Anprotec**. Disponível em: < <http://anprotec.org.br/site/menu/a-anprotec/> > Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Economia solidária – programas e ações**. 2016. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoas> > Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Rede de Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. **REDE de ITCP**. Portal do Cooperativismo Popular, 2017. Disponível em: < http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php > Acesso em: 27 maio 2017.

BRASIL. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. **A contribuição da implantação do CERNE para a graduação dos empreendimentos**. 2015. Disponível em: < [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0dc48be55374d6c6aa2468d1699ec55e/\\$File/5802.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0dc48be55374d6c6aa2468d1699ec55e/$File/5802.pdf) > Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. **Quais os tipos de incubadoras existentes?** 2017. Disponível em: < <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcduto=4827&%5E%5E> > Acesso em: 17 maio 2017.

DIAS, T. F.; SOUZA, W. J. Gestão social e economia solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, (S.l.), v. 04, n. 01, p. 261-294, 2014. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/18112/10666> > Acesso em: 11 jun. 2017.

FACHINI, C. et al. **Incubadora de agronegócios: empreendedorismo como alternativa à pequena produção rural**. **Pesquisa & Tecnologia**, (S.l.), v. 04, n.01, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.aptaregional.sp.gov.br/acesse-os-artigos-pesquisa-e-tecnologia/edicao-2007/2007-janeiro-junho/486-incubadora-de-agronegocios-empendedorismo-como-alternativa-a-pequena-producao-rural/file.html> > Acesso em: 27 maio 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3ª ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

GUIMARÃES, F.C. **Desafios e oportunidades enfrentados pela INTECOOP UNIFEI: um estudo de caso**. VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2015. Disponível em: < http://www.rio2015.esocite.org/resources/anais/5/1431541699_ARQUIVO_ResumoExpandidoTrabalhoMestrandoDTecSUNIFEIFabianoClareteGuimaraes.pdf > Acesso em: 21 jun. 2017.

LUSSI, I. A. O.; TESSARINI, L. A.; MORATO, G. C. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: realidade da incubação de empreendimentos econômicos solidários com participação de usuários de serviços de saúde mental. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, São Paulo, v. 26, n.03, p. 345-354. set./dez. 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/100705/109414> > Acesso em: 19 maio 2017.

MANTOVANI, D. M. N. et al. O papel das incubadoras de empresas no desenvolvimento local: um estudo de caso. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 03, n. 01, p. 90 – 101, 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/973/97317268007.pdf> > Acesso em: 27 maio 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTES, T. et al. **Incubadora Científica – como promover o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico**. Congresso Internacional de Administração, 2007. Disponível em: < http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/763/EVENTO_Incubadora%20Cient%C3%ADfica%20E2%80%93%20Como%20promover%20o%20empreendedorismo%20e.pdf?sequence=1 > Acesso em: 28 maio 2017.

MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio

de Janeiro, v. 09, n. 03, p. 828–845, set. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a08v9n3> > Acesso em: 28 maio 2017.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; ZANIN, M. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, (S.l.), v.02, n.01, p. 181 – 193, jan/ jun 2011. Disponível em: < <http://www.revistabrasileiradects.ufscar.br/index.php/cts/article/viewFile/121/69> > Acesso em: 28 maio 2017.

PEREIRA, L. B. et al. **Incubadoras de cooperativas populares de Varginha**: uma análise comparativa. VI Encontro de Administração Pública da ANPAD. EnAPG 2014. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/~anpad/abrir_pdf.php?e=MTgwMjU= > Acesso em: 18 maio 2017.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIBEIRO, S. A.; ANDRADE, R. M. G.; ZAMBALDE, A. L. Incubadoras de empresas, inovação tecnológica e ação governamental: o caso de Santa Rita do Sapucaí (MG). **Cadernos EBAPE.BR**. (S.l.), v.03, Edição Especial, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3nspe/v3nspea10.pdf> > Acesso em: 18 maio 2017.

SALOMÃO, I. L. **Empreendimentos sustentáveis, tecnologia da informação e desenvolvimento local**: desafios para a metodologia de incubação de cooperativas populares. 2005. Disponível em: < <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Empreendimentos%20%20sustent%C3%A1veis,%20%20tecnologia%20%20da%20%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%20e%20%20desenvolvimento%20%20local%20%20desafios%20%20para%20%20a%20%20metodologia%20%20de%20incuba%C3%A7%C3%A3o%20de%20cooperativas%20populares.pdf> > Acesso em: 14 jun. 2017.

SANTOS, A. C. M. Z. A cooperação entre universidade de empresa: um estudo em empresas intensivas em conhecimento de Porto Alegre (RS). **Unilasalle Editora**, Canoas, v. 02, n. 02, p.155-168, set. 2013. Disponível em: < www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/download/1170/928 > Acesso em: 26 abr. 2017.

SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. **Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. e-cadernos, 2008. Disponível em: < <https://eces.revues.org/1354> > Acesso em: 26 maio 2017.

SANTOS FILHO, A. A. et al. **Importância da incubadora de empresas para o desenvolvimento do empreendedorismo na região do Mato Grande – RN**. VII CONNEPI, 2012. Disponível em: < <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/3909/2677> > Acesso em: 26 maio 2017.

SILVA, R. A. et al. **Possibilidades, desafios e transformações sociais da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri Paraibano**. XXIX Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2016. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/~anpad/abrir_pdf.php?e=MjlyMzc= > Acesso em: 11 jun. 2017.

SILVA, S. A. **A relevância das incubadoras e empresas no mundo contemporâneo**, 2009. Disponível em: < [file:///C:/Users/USER/Downloads/14049-33860-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/14049-33860-1-SM%20(1).pdf) > Acesso em: 27 maio 2017.

SINGER, P. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **IPEA, Mercado de Trabalho**, 2009. p. 43 – 48. Disponível em: < http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_ES1Paul.pdf > Acesso em: 11 jun. 2017.

SINGER, P. **Economia solidária versus economia capitalista**, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf> > Acesso em: 11 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais - AGINOVA, 2017. **Economia Solidária (ITCP)**. Disponível em: < <https://aginoa.ufms.br/unidades/empreendedorismo-e-inovacao/economia-solidaria-itcp/> > Acesso em: 14 maio 2017.

VECHIA, R. D. et al. A rede de ITCPs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, (S.l.), n. 18. p. 115 – 144. set. 2011. Disponível em: < <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/107/123> > Acesso em: 24 jun. 2017.

VEDOVELLO, C.; FIGUEIREDO, P. N. Incubadora de inovação: que nova espécie é essa? **RAE-eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 01, jan./jul. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a06.pdf> > Acesso em: 12 maio 2017.

ZOUAIN, D. B.; SILVEIRA, A. C. Aspectos estratégicos do modelo de gestão em incubadoras de empresas de base tecnológica. **CADERNOS EBAPE. BR**, (S.l.), v. 04, n.03, out., 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n3/v4n3a09.pdf> > Acesso em: 18 jun. 2017.